

RR 107500-26.2007.5.09.0513 - Publicação: DEJT 23.09.2011

Relator: Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 9ª Região

Procurador: Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Recorrida: Unimed de Londrina Cooperativa de Trabalho Médico

DECISÃO: , por unanimidade, conhecer do recurso de revista, quanto ao tema "Ação Civil Pública - Condenação da Ré em Obrigação de Não Fazer - Conduta Regularizada no Curso do Processo - Multa Cominatória - Cabimento", por violação dos arts. 461, § 4º, do CPC e 11 da Lei nº 7.347/58, e, quanto ao tema "Indenização por Dano Moral Coletivo", por violação do art. 13 da Lei nº 7.347/58; e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença.

EMENTA: RECURSO DE REVISTA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONDENAÇÃO DA RÉ EM OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER - CONDOTA REGULARIZADA NO CURSO DO PROCESSO - MULTA COMINATÓRIA - CABIMENTO. A priorização da tutela específica na ação civil pública, que é consectário das previsões contidas nos artigos 3º e 11 da Lei nº 7.437/85, mais do que assegurar às partes o acesso ao bem da vida efetivamente perseguido através do processo, traz consigo valiosa possibilidade por buscar-se tanto a tutela reparatória - aquela que se volta à remoção do ilícito já efetivado - quanto à tutela inibitória, consistente na qualidade da prestação jurisdicional que busca evitar a consumação do ilícito e que, portanto, prescinde do dano. Independentemente da modalidade de tutela específica perseguida, tem-se que a efetividade, e mesmo a autoridade da decisão jurisdicional que a determina, fica condicionada à utilização de meios de coerção que efetivamente constranjam o demandado a cumprir a prestação específica que lhe foi imposta. A multa cominatória já prevista no artigo 11 da Lei nº 7.437/85, e que também encontrava respaldo no § 4º do artigo 84 do CDC, foi generalizada no processo civil pelo § 4º do art. 461 do CPC e revela-se como instrumento pilar da ação civil pública, que hoje se constitui num dos mais efetivos meios de judicialização das valores consagrados pela ordem constitucional. No caso, a pretensão deduzida pelo Ministério Público do Trabalho compõe-se de pedidos com naturezas jurídicas distintas: foi postulada condenação da ré ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, como forma de reparar a coletividade pela violação da ordem jurídica já consumada, como também foi postulada a imposição, à ré, de obrigação de não fazer consistente na abstenção da exigência de horas extraordinárias de seus empregados fora dos limites legais, mediante tutela específica. Como forma de assegurar a efetividade do comando jurisdicional, constou do pedido da presente ação civil pública a imposição de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 por trabalhador envolvido. Nesse contexto, a constatação de que a reclamada efetivamente violava as regras atinentes à jornada dos trabalhadores foi suficiente à imposição da obrigação, condenação esta que o juízo de primeiro grau acertadamente subsidiou com a imposição de multa pelo eventual descumprimento. Assim é que a superveniente adequação da ré à conduta imposta na sentença, a uma, não a isenta de responder pelo descumprimento de

decisão judicial já verificado, porque aqui já se fez a inadequação processual da conduta da empresa, que em nada se confunde com o acerto ou desacerto de suas práticas econômicas; a duas, não afasta a penalidade abstratamente imposta, uma vez que a adequação atual da conduta da empresa ao comando legal - que, aliás, não foi espontânea, mas resultado da coerção promovida pelo Poder Judiciário, após atuação incisiva do Estado por meio do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho - não pode representar a isenção dos mecanismos de coação estatal a que esta situação regular perdure. Em última análise, a tutela que, num primeiro momento, caracterizava-se como reparatória, a partir da adequação da conduta empresarial converte-se em inibitória, ou seja, preventiva da lesão, que, por isso mesmo, prescinde da demonstração do dano. Impor à ré obrigação de não fazer sem imputar-lhe a multa cabível por eventual descumprimento desse mandamento significa subtrair força à autoridade das decisões dessa Justiça Especializada e, por consequência, também à atuação do Ministério Público do Trabalho no cumprimento de seu mister constitucional. Recurso de Revista conhecido e provido.

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. O dano moral coletivo, compreendido como a lesão injusta e intolerável a interesses ou direitos titularizados por toda a coletividade (considerada em seu todo ou em qualquer de suas expressões - grupos, classes ou categorias de pessoas) os quais possuem natureza extrapatrimonial, refletindo valores e bens fundamentais para a sociedade (Xisto Tiago de Medeiros Neto. O dano moral coletivo. São Paulo: LTr, 2006), ampara-se em construção jurídica diversa daquela erigida acerca do dano moral individual, não sendo possível enquadrar o instituto a partir dos modelos teóricos civilistas clássicos. A ofensa a direitos transindividuais, que demanda recomposição, se traduz, objetivamente, na lesão intolerável à ordem jurídica, que é patrimônio jurídico de toda a coletividade, de modo que sua configuração independe de lesão subjetiva a cada um dos componentes da coletividade ou mesmo da verificação de um sentimento coletivo de desprezo ou repulsa, ou seja, de uma repercussão subjetiva específica. É nesse contexto que resulta incabível perquirir, na conduta da ré no caso concreto, a existência de incômodo moral com gravidade suficiente a atingir não apenas o patrimônio jurídico dos trabalhadores envolvidos, mas o patrimônio de toda a coletividade. O que releva investigar, no caso em tela, é a gravidade da violação infligida pela ré à ordem jurídica. A coletividade é tida por moralmente ofendida a partir do fato objetivo da violação da ordem jurídica. No caso, impossível afastar da conduta da ré tal caráter ofensivo e intolerável porque caracterizado o descumprimento de norma relativa a limitação da jornada de trabalho, inserida no rol das normas de indisponibilidade absoluta, eis que tem por bem jurídico protegido a saúde e a segurança dos trabalhadores. Ademais, embora a reclamada pretensamente tenha adequado sua conduta às disposições legais no curso do processo judicial, restou firmado nos autos que por lapso temporal significativo a empresa procedeu mediante violação da ordem jurídica, o que é suficiente para caracterizar o dano moral coletivo e, por conseguinte, justificar a recomposição da coletividade mediante pagamento de indenização. A medida é punitiva e pedagógica: funciona como forma de desestímulo à reiteração do ilícito e sanciona a empresa, que, de fato, teve favorecido ilicitamente seu processo produtivo e

competiu em condições desproporcionais com os demais componentes da iniciativa privada. Cuida-se aqui, de reprimir o empregador que se enriquece ilicitamente a partir da inobservância do ordenamento justralhista. Recurso de Revista conhecido e provido.

TST condena Carrefour por dano moral coletivo por fraude em registro de jornada

(Sex, 30 Mar 2012 13:51:00)

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ao pagamento de R\$ 1 milhão a título de dano moral coletivo ante a comprovação de que a empresa exigia de seus empregados prestação de jornada extenuante, conforme alegado em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 1ª Região (RJ).

Segundo o MPT, o Carrefour vinha violando, de forma reiterada, direitos dos trabalhadores ao exigir que eles batassem o cartão de ponto e voltassem a trabalhar. Contudo, o TRT-RJ julgou incompatível a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos difusos por entender que a ação visava à proteção de "interesses individuais homogêneos (presentes e futuros) dos trabalhadores que tenham sofrido prejuízo pelas irregularidades cometidas pela parte contrária de forma genérica continuativa."

Ao recorrer ao TST, o MPT sustentou que o Regional teria incorrido em violação do artigo 5º, incisos II e V, da Constituição da República quando decretou a impossibilidade da condenação a título de dano moral coletivo mesmo tendo reconhecido a lesão aos direitos individuais homogêneos dos empregados do Carrefour em relação à fraude no registro de jornada de trabalho. No recurso de revista, o MPT pretendia que a real jornada de trabalho fosse registrada pelos empregados e que fosse determinado à empresa pagar as horas extras realizadas.

A ministra Maria de Assis Calsing, relatora do acórdão, observou que, no caso dos autos, não restava dúvida quanto à proteção que deve ser garantida aos interesses transindividuais, e destacou que o interesse coletivo foi de fato atingido, em face da atitude da empresa ao exigir de seus empregados jornada de trabalho superior à autorizada pelo ordenamento jurídico. E assim, salientando que a reparação por dano moral coletivo visa à inibição de conduta ilícita do empregador e atua como caráter pedagógico, a relatora verificou que a indenização pedida na inicial (R\$ 10 milhões) era excessiva e desproporcional. Nesse sentido, Maria de Assis Calsing reportou-se ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade para determinar um valor adequado ao cumprimento do caráter pedagógico da punição. A indenização, fixada em R\$ 1 milhão, será revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nos termos da Lei n.º 7.347/85, que disciplina a ação civil pública.

AIRR 1637-13.2010.5.03.0103 – Publicação: DEJT 27.04.2012

Relatora: Ministra Dora Maria da Costa

Agravante: C & A Modas Ltda.

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 3ª Região

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA.

1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. Consoante registrou o Tribunal *a quo*, ficou comprovado nos presentes autos que a ré descumpriu uma série de normas atinentes à saúde e à segurança dos trabalhadores, a saber: **ausência de concessão regular do intervalo para repouso e alimentação, prorrogação de jornada superior ao limite de duas horas diárias sem justificativa legal, exigência de trabalho em feriados e ausência de concessão do descanso semanal remunerado de 24 horas**. Ora, aquele que por ato ilícito causar dano, ainda que exclusivamente moral, fica obrigado a repará-lo, de modo que, ficando mais do que caracterizado que a ré cometeu atos ilícitos, causando prejuízos a um grupo de trabalhadores e à própria ordem jurídica, tem-se um típico caso de dano moral coletivo. Não há falar, pois, em violação do artigo 5º, V e X, da CF.

2. DANO MORAL COLETIVO. FIXAÇÃO DO QUANTUM. O exame do porte econômico do ofensor como um dos critérios para a fixação do *quantum* indenizatório mostra-se pertinente ante o caráter punitivo-pedagógico da condenação. Além disso, tendo em vista as circunstâncias fáticas delineadas pelo Regional, revela-se razoável o valor arbitrado à indenização. Assim, incólumes os artigos 5º, V, da CF e 944, parágrafo único, do CC.

3. MULTA POR OBRIGAÇÃO DE FAZER. ALTERAÇÃO NA FORMA DE INCIDÊNCIA. Os artigos 5º, V, da CF e 944, parágrafo único, do CC, não tratam sobre a multa por obrigação de fazer, tampouco acerca da alteração da forma de sua incidência. Intactos tais dispositivos.

4. DETERMINAÇÃO DE OFÍCIO DA HIPOTECA JUDICIAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a hipoteca judiciária é aplicável no processo trabalhista e pode ser declarada de ofício pelo julgador, a teor do art. 466 do CPC, independentemente de requerimento da parte interessada. Incólumes os artigos 128 e 460 do CPC.

Agravo de instrumento conhecido e não provido.

RR 70000-23.2005.5.06.0013 – Publicação: DEJT 25.05.2012

Relator: Min. Aloysio Corrêa da Veiga

Recorrente: Itaú Unibanco S.A.

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 6ª Região

DECISÃO: , por unanimidade, não conhecer do recurso de revista.

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Considerando que os interesses coletivos são caracterizados pela existência de um

vínculo jurídico entre membros de uma coletividade afetada por determinada lesão, e que, no caso em questão, em que o titular do direito é a coletividade, cujos interesses estão ligados entre si por uma relação jurídica base, qual seja, empregados contratados pelo Itaú, presentes e futuros, o MPT tem legitimidade para propor a presente ação civil pública, pois o que se discute é interesse coletivo. Recurso de revista não conhecido.

CONDENAÇÃO INCERTA. INOCORRÊNCIA. Não se denota o proferimento de sentença incerta, na medida em que ficou definida qual a atividade-fim (setor de retaguarda) a ser considerada para a efetivação do registro dos empregados. Por outro lado, torna-se despicienda a indicação de quais os empregados não estão inseridos na exceção do art. 224 da CLT e não recebem as horas extraordinárias até o 5º dia útil subsequente, pois a determinação é somente para que seja efetuado o pagamento até o 5º dia útil. Recurso de revista não conhecido.

DANO MORAL COLETIVO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. O dano moral tem previsão constitucional (artigo 5º, V e X) e revela a aplicação do princípio da proteção à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, da CF), pelo que adquire caráter fundamental e interessa à sociedade como um todo. Assim, na medida em que o dano moral atinge a própria coletividade, é de extrema justiça que o Direito admita a reparação decorrente desses interesses coletivos. Recurso de revista não conhecido.

QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS. A matéria carece do necessário prequestionamento, a teor da Súmula 297/TST, constituindo óbice para o seguimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido.

DANO MORAL. JUROS DE MORA. MARCO INICIAL. O momento de incidência dos juros de mora é o ajuizamento da reclamação trabalhista. Exegese dos artigos 39, § 1º, da Lei nº 8.177/91 e 883 da CLT. Recurso de revista não conhecido.

DANO MORAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. O momento de incidência da correção monetária é a partir da data em que se constituiu o direito, ou seja, a partir da sentença de procedência da ação, momento em que se constituiu em mora o empregador. Recurso de revista não conhecido.

VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE MULTA POR OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER. O eg. TRT entendeu proporcional o valor da multa aplicada em face da capacidade econômica do empregador e do caráter punitivo da *astreinte*. Recurso de revista não conhecido.

AIRR 77500-38.2008.5.01.0058 – Publicação: DEJT 15.06.2012

Relator: Min. Ives Gandra Martins Filho

Agravante: Intercement Brasil S.A. – atual denominação social da Camargo Corrêa Cimentos S.A.

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 1ª Região

DECISÃO: , por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EXTRAPOLAÇÃO DOS LIMITES DA JORNADA DE TRABALHO PREVISTOS NO ART. 59 DA CLT - DANO MORAL COLETIVO - INDENIZAÇÃO - QUANTUM.

1. Em sede de ação civil pública, o Tribunal Regional consignou que restou comprovada a reiterada prática, imposta aos empregados da Empresa Ré, de extrapolação dos limites de jornada de trabalho previstos no art. 59 da CLT, de modo que a conduta patronal implicou em prejuízo ao necessário resguardo da saúde física e mental de seus trabalhadores, sacrificados em prol dos interesses comerciais de sua Empregadora, configurando-se o dano moral coletivo.
2. Por essa razão, tendo em vista o porte econômico da Empresa Ré e a situação posta nos autos, a Corte de origem fixou em R\$500.000,00 o valor da indenização por dano moral coletivo, a ser revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.
3. *In casu*, a análise da configuração, ou não, do dano moral coletivo, bem como do montante devido, esbarra no óbice das Súmulas 126, 221, I, 296, I, do TST e do art. 896, a, da CLT. **Agravo de instrumento desprovido.**

AIRR 62600-29.2008.5.06.0311 – 3ª Turma – Publicação: DEJT 22.06.2012

Relator: Min. Mauricio Godinho Delgado

Agravante: Refrescos Guararapes Ltda.

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 6ª Região

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MPT. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA (OBRIGAÇÃO DE FAZER) - AJUSTAR OS ROTEIROS DE ENTREGA DE MERCADORIAS DE MODO A RESPEITAR A JORNADA NORMAL DE TRABALHO. DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE MENTAL E FÍSICA DOS TRABALHADORES. PEDIDO DE DANOS MORAIS COLETIVOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. DECISÃO DENEGATÓRIA. MANUTENÇÃO. Na hipótese, o MPT formulou pedido de obrigação de fazer, consistente em determinar à Reclamada a adequação dos roteiros das atividades externas desenvolvidas por seus empregados, a fim de que possam ser realizadas durante a jornada de 8 horas diárias e 44 semanais. Foi constatado nos autos que os roteiros de entrega de mercadorias a que são submetidos os motoristas e ajudantes de entrega da Reclamada não permitem que a tarefa seja realizada na jornada normal de trabalho. **Também foi formulado pedido de indenização por danos morais coletivos, em face da imposição, a tais empregados, de roteiros de trabalho diários que conduziram a jornadas extenuantes, sendo a indenização arbitrada no valor de R\$100.000,00, a ser revertido ao FAT. O Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para pleitear, em ação civil pública, tutela inibitória na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, bem como indenização por danos morais coletivos, especialmente quando relacionados à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho** (1º, III e IV, CF), nos termos dos arts. 127 e 129, III e IX, da Constituição Federal, 6º, VII, alíneas 'a' e 'd' e 84 da Lei Complementar nº 75/93, 1º, IV, e 3º da Lei nº 7.347/85. Assim, não há

como assegurar o processamento do recurso de revista quando o agravo de instrumento interposto não desconstitui os fundamentos da decisão denegatória, que subsiste por seus próprios fundamentos. Agravo de instrumento desprovido.

RR 1341-42.2010.5.03.0086 – Publicação: DEJT 21.09.2012

Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga

Recorrente: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. JORNADA DE TRABALHO EXCESSIVA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. A

legitimidade do Ministério Público do Trabalho, na defesa de interesses individuais homogêneos, em ação civil pública, já está consagrada, na doutrina e na jurisprudência do c. Tribunal Superior do Trabalho e do e. Supremo Tribunal Federal. Constatado ser o bem tutelado a condenação do reclamado ao cumprimento das normas que disciplinam as condições de trabalho de seus empregados, especificamente quanto à jornada de trabalho excessiva, sobressai a legitimidade do Ministério Público em face da existência de lesão comum, a grupo de trabalhadores, inerentes a uma mesma relação jurídica, a determinar que, mesmo que o resultado da demanda refira-se a direitos disponíveis de empregados, decorre de interesses individuais homogêneos que, embora tenham seus titulares determináveis, não deixam de estar relacionados aos interesses coletivos, sendo divisível apenas a reparação do dano fático indivisível. O interesse coletivo presente determina a atuação, quando identificada lesão comum a grupo de trabalhadores que laboram *a latere* das normas que disciplinam a jornada de trabalho, em desrespeito aos direitos sociais garantidos no art. 7º da CF. Precedentes. Recurso de revista não conhecido.

BANCÁRIO. EXIGÊNCIA DE JORNADA SUPERIOR A SEIS E OITO HORAS DIÁRIAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROVA DA SOBREJORNADA HABITUAL. OBRIGAÇÃO LEGAL DE RESPEITO À LIMITAÇÃO DA JORNADA EXTRAORDINÁRIA. A

norma celetista disciplina a possibilidade de prorrogação da jornada normal dos bancários, desde que excepcionalmente e limitada em oito horas diárias ou quarenta horas semanais. Tal regra comporta exceção quando comprovada a imperiosa necessidade do serviço extraordinário e cumpridos os requisitos constantes do art. 61 da CLT. *In casu*, o eg. Tribunal Regional consignou expressamente que foi desrespeitada a obrigação legal de limitação da sobrejornada, não sendo possível extrair da v. decisão recorrida a existência de imperiosa necessidade do serviço extraordinário a justificar a prorrogação da jornada de trabalho além do limite legal. Incólumes os dispositivos invocados. Recurso de revista não conhecido.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS. VALOR ARBITRADO À CONDENAÇÃO. O

quadro fático delineado pelo eg. Tribunal Regional demonstrou a existência dos elementos caracterizadores da responsabilidade civil, consistentes no ato ilícito, no nexo causal e no dano moral coletivo, fixando o valor da indenização em observância à natureza e extensão do dano, bem como à

capacidade socioeconômica das partes, em conformidade com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Intactos, portanto, os dispositivos invocados. Recurso de revista não conhecido.

RR 50000-71.2007.5.20.0003 – Publicação: DEJT 09.11.2012

Relator: Min. Mauricio Godinho Delgado

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

Recorrida: SAMAM VEÍCULOS LTDA.

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. RESPEITO À JORNADA NORMAL DE TRABALHO. DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE MENTAL E FÍSICA DOS TRABALHADORES. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL COLETIVO. As normas jurídicas estatais que regem a estrutura e dinâmica da jornada e duração do trabalho são, de maneira geral, no Direito brasileiro, normas imperativas. O caráter de obrigatoriedade que tanto qualifica e distingue o Direito do Trabalho afirma-se, portanto, enfaticamente, neste campo juslaboral. Por essa razão, a renúncia, pelo trabalhador, no âmbito da relação de emprego, a alguma vantagem ou situação resultante de normas respeitantes à jornada é absolutamente inválida. É importante enfatizar que o maior ou menor espaçamento da jornada (e duração semanal e mensal do labor) atua, diretamente, na deterioração ou melhoria das condições internas de trabalho na empresa, comprometendo ou aperfeiçoando uma estratégia de redução dos riscos e malefícios inerentes ao ambiente de prestação de serviços. Noutras palavras, a modulação da duração do trabalho é parte integrante de qualquer política de saúde pública, uma vez que influencia, exponencialmente, a eficácia das medidas de medicina e segurança do trabalho adotadas na empresa. **Do mesmo modo que a ampliação da jornada (inclusive com a prestação de horas extras) acentua, drasticamente, as probabilidades de ocorrência de doenças profissionais ou acidentes do trabalho, sua redução diminui, de maneira significativa, tais probabilidades da denominada infortunistica do trabalho.** Na hipótese, o MPT formulou pedido de obrigação de fazer, consistente em determinar à Reclamada a adequação da jornada de trabalho, com a fruição dos intervalos intrajornada e interjornada e indenização pelos danos genéricos causados à coletividade revertida em favor do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Trata-se de ação civil pública, tutela inibitória na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, bem como indenização por danos morais coletivos, relacionados à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho (1º, III e IV, CF), nos termos dos arts. 127 e 129, III e IX, da Constituição Federal, 6º, VII, alíneas 'a' e 'd' e 84 da Lei Complementar nº 75/93, 1º, IV, e 3º da Lei nº 7.347/85. Nesse diapasão, **a inobservância da jornada de trabalho, nos moldes legais, extrapola o universo dos trabalhadores diretamente contratados atingindo uma gama expressiva de pessoas e comunidades circundantes à vida e ao espaço laborativos. A lesão, portanto, extrapola os interesses dos empregados envolvidos na lide para alcançar os trabalhadores em caráter amplo, genérico e massivo. Nesse contexto, configura-se o dano moral coletivo.** Recurso de revista conhecido e provido.

RR 457-62.2010.5.09.0242 – Publicação: DEJT 14.12.2012

Relatora: Ministra Kátia Magalhães Arruda

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Recorrida: PADO S.A. - INDUSTRIAL, COMERCIAL E IMPORTADORA

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL COLETIVO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E DESCANSOS OBRIGATÓRIOS. O recurso de revista vem fundamentado exclusivamente em dissenso pretoriano. O único aresto formalmente válido é inespecífico, nos termos da Súmula n.º 296 do TST, pois, do trecho transcrito no recurso, não é possível concluir que diz respeito a caso como o dos autos, de ação civil pública em que é postulada condenação de empresa em indenização por dano moral coletivo, decorrente de violação de direitos individuais homogêneos relativos à duração da jornada e repousos. Recurso de revista de que não se conhece.